



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007433-55.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Silvia Regina Cardoso**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Aos 10 de agosto de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 770/13

**Vistos**

**SILVIA REGINA CARDOSO** ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 08/07/2010 sofreu grave acidente de trânsito e, consoante relatório médico, experimentou lesão grave/sequelas que a tornam invalida. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização decorrente da invalidez, ou seja R\$ 11.812,50 (já recebeu R\$ 1.687,50).

A inicial veio instruída com os documentos.

Audiência inaugural infrutífera. Na oportunidade, a requerida apresentou contestação (fls. 21 e ss) requerendo a regularização do polo passivo. No mérito, asseverou que o pagamento foi efetuado em conformidade com a tabela prevista



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

na Lei 6.194/74 e que há necessidade de realização de prova pericial. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Não houve manifestação a título de réplica.

A substituição processual foi indeferida pelo despacho de fls. 37. Na oportunidade, as partes foram instadas a produzir provas e pleitearam prova pericial.

Designada perícia médica, laudo do IMESC foi carreado às fls. 61/66. As partes se manifestaram a respeito do laudo às fls 73/79 e 81/84.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais (fls. 88/90 e 91/96).

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

A autora se envolveu em acidente automobilístico no dia 08/07/2010, mas especificamente foi atropelado por um caminhão. Sustenta que o infortúnio resultou sua invalidez como descrito a fls. 64.

Via da presente busca o pagamento da diferença da indenização recebida administrativamente, em consonância com a legislação que regula o DPVAT, comumente conhecido como “Seguro Obrigatório”.

\*\*\*

Trata-se de acidente ocorrido após a entrada em vigor da Lei 11.482/07, de 31/05/2007, que alterou o artigo 3º da Lei do DPVAT.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela aplicação *in casu*, uma vez que, como já dito, o acidente se deu em 08/07/2010, ou seja, durante a sua vigência.

A controvérsia dos autos cinge-se apenas ao valor da indenização que deve ser paga à autora em razão do acidente; ou entendemos correto aquele desembolsado administrativamente ou deferimos uma complementação.

O parecer médico de fls. 61 e ss revela que devido ao acidente automobilístico a autora apresenta “fratura na tíbia e tornozelo da perna direita” (textual fls. 64), estimando sua “perda” funcional em 25% do valor total segurado (cf. mais especificamente fls.64, “in fine”).

Segundo o mesmo expert, a autora tem a **marcha mais difícil e esta mais lenta nos movimentos** (ou seja, tem a marcha claudicante – v. fls. 64).

Trata-se de pessoa simples com pouca instrução; desempenhava as funções de “auxiliar de limpeza” que obviamente exigiam dela basicamente esforço físico e hígidez dos membros.

É óbvio assim que as sequelas descritas praticamente inviabilizam seu reingresso no competitivo mercado de trabalho.

Assim me parece inconteste sua incapacitação plena, como aliás, tem se orientado o TJSP.

“A invalidez necessária para determinar a indenização securitária por invalidez total e permanente é a que impede o trabalho, não havendo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

necessidade de o segurado ter tamanha incapacitação que viva vegetativamente. Possibilidades remotas de desempenho de atividades diversas, em face da idade e das implicações decorrentes da patologia que acomete o segurado. Sentença reformada. Recurso Provido” (Apelação n. 0335615-32.2010.8.26.0000, Rel. Julio Vidal, 28ª Câmara de Direito Privado, dj. 16/10/2012).

“Considera-se caracterizada a invalidez total e permanente se o segurado é portador de moléstia que impede o exercício laboral em atividades que exijam esforços físicos e trabalhava na função de mecânico de manutenção, em que se afigura evidente a necessidade de desempenho de atividades diversas, em face da idade e do grau de instrução, bem como das implicações decorrentes da patologia que o acomete, aspectos que tornam improvável sua recolocação profissional. Indenização devida. Sentença reformada. Recurso provido”. (Apelação n. 0040988-41.2009.8.26.0554, Rel. César Lacerda, 28ª Câmara de Direito Privado, dj. 07/08/2012).

Dessa forma, a demandante faz jus ao recebimento do teto legal previsto para a indenização do seguro obrigatório DPVAT.

Restando incontroverso o recebimento de R\$ 1.687,50 (hum mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a ré deve ser condenada a pagar a importância de R\$ 11.812,50, corrigida monetariamente desde a data do acidente e acrescida de juros de mora desde a citação.

O termo inicial da correção monetária deve ser a data do acidente, como já decidido pelo Colendo Tribunal Superior:

EDcl no REsp 1506402/SC, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 03/03/2015.

E,

AgRg no REsp 1482716/SC, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Terceira Turma, DJe 16/12/2014.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar à autora, **SILVIA REGINA CARDOSO**, a quantia de **R\$ 11.812,50 (onze mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)** referente a indenização por ocorrência de sequela definitiva e permanente prevista no artigo 5º, inciso “II” da Lei 6.194/74 *(com alteração dada pela Lei 11.482/07)*, corrigida monetariamente desde a data do acidente (ou seja, 08/07/2010) e acrescida de juros de mora desde a citação.

Sucumbente a requerida suportará o pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 1.000,00

**P.R.I.**

São Carlos, 02 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**